

25 NOV 1992

Quarta-feira, 25 de novembro de 1992

# Brasília

## Estímulo à implantação de indústrias

por Luiza Pastor  
de Brasília

Uma das primeiras coisas que todo recém-chegado adulto ouve ao desembarcar em Brasília para morar é que esta é uma cidade "ideal para criar os filhos". A frequência com que isso é repetido, tenha ou não os tais filhos o interlocutor, é tal que bem poderia ser adotado como lema da capital federal, que se orgulha ostensivamente da qualidade de vida e da segurança de suas ruas. Estas, ao contrário do que reza o anedotário nacional, têm esquinas, sim. Mas nelas, no máximo, só se encontra grama, e não os botecos tradicionais no resto do País.

Mas esse perfil de cidade certinha, reforçado pela geométrica disciplina da arquitetura de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, tombada como patrimônio da humanidade, já está começando a mudar. Afinal, viabilizada pelas próprias características de cidade administrativa, Brasília cresceu em função de uma população onde figurava, majoritariamente, a classe média formada pelos funcionários públicos federais, que hoje vive as agruras de seguidas políticas salariais recessivas e a ressaça da reforma administrativa instaurada pelo presidente afastado Fernando Collor.

Atualmente, pelos dados de setembro, Brasília e o Distrito Federal contam já com uma perigosa legião de 121 mil desempregados entre os 1,6 milhão de habitantes levantados pelo último censo. Isso representa um índice de desemprego de 16,1% e tem levado o governo do Distrito Federal a repensar alternativas de incremento de áreas econômicas que até há pouco não se preocupava em incentivar.

Nesse quadro de crise nacional e local, Brasília sonha agora com alternativas econômicas à sua tradicional estrutura de serviços. Ela quer, por exemplo, se firmar como pólo de indústrias leves e limpas de alta tecnologia, com destaque para a área de informática e gemologia. Para isso, o governo local já conseguiu aprovar pela Câmara Distrital um projeto de estímulo à implantação de indústrias com o financiamento de terrenos e das instalações, o Prodecom. E tenta, há anos, firmar a existência do Pólo de Alta Tecnologia Bernardo Sayão como um complemento dos bons resultados obtidos pela incubadora de empresas da Universidade Nacional de Brasília (UNB).

Em outra vertente, e aproveitando-se da privilegiada localização geográfica, Brasília está desenvolvendo o potencial agroindustrial da região Centro-Oeste, especialmente a partir do projeto do "porto seco", entreposto do qual pretende escoar o máximo possível de produção, não só da região como de estados mais ao Norte, pelo Corredor Centro-Leste, até os portos de Vitória e Tubarão, no Espírito Santo.

A completa implementação do

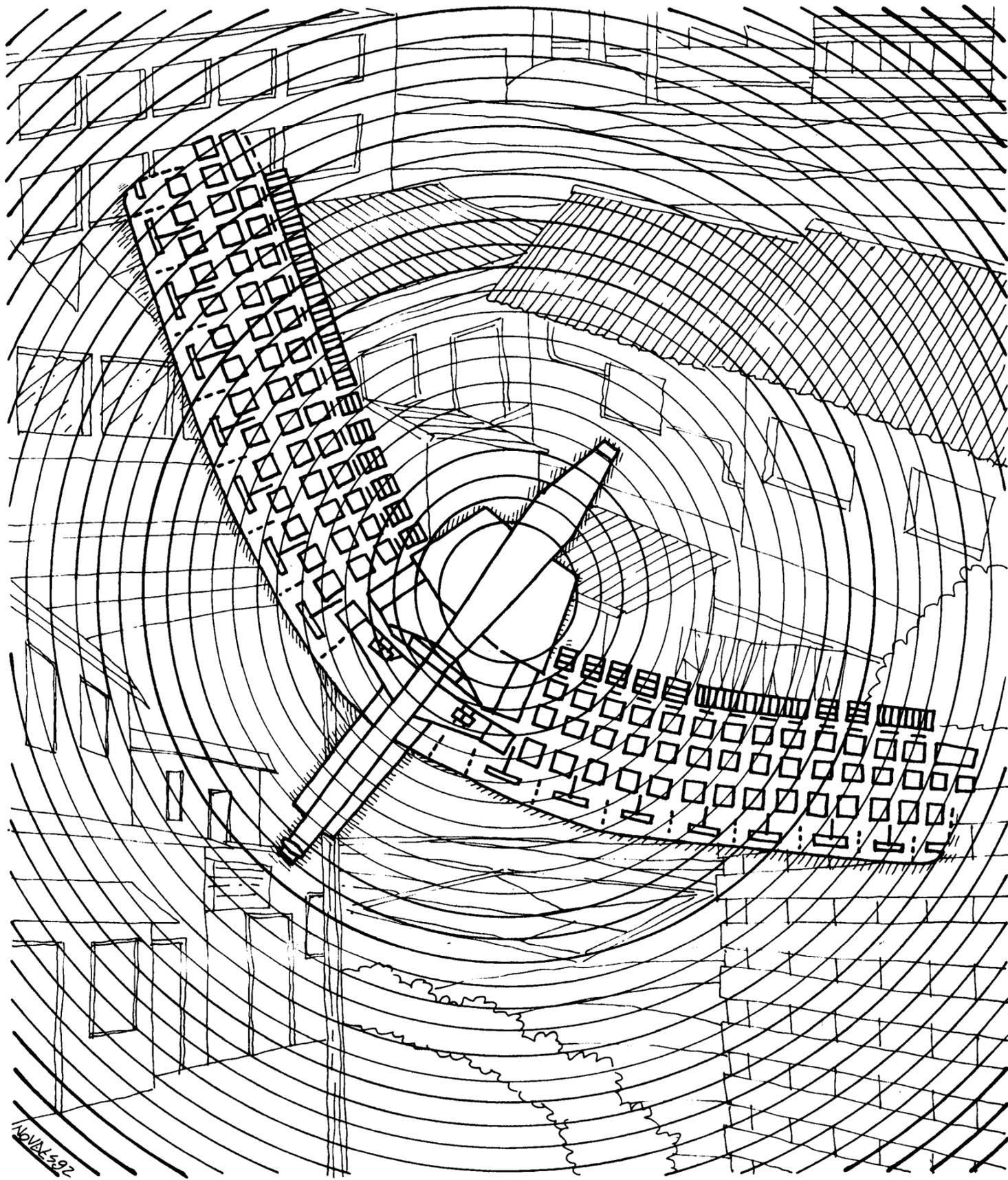
"porto seco" prevê a instalação de uma estrutura aduaneira e de armazenagem que permita ao Distrito Federal receber produtos para exportação — onde se destaca a soja — para seu imediato desembaraço burocrático, despacho e embarque. O simples aproveitamento da estrutura ferroviária já instalada e em operação no Corredor Centro-Leste, em um total de 1.858 quilômetros de extensão, permitiu a exportação, neste ano, de aproximadamente 1 milhão de toneladas de soja, o triplo do ano passado.

O governo distrital calcula em 18 milhões de toneladas o potencial total de produção da região e vem participando ativamente do grupo de trabalho criado no âmbito do Ministério das Comunicações para operacionalizar mais rapidamente a estrutura do Corredor, junto aos estados interessados diretamente no projeto: Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Além disso, o projeto mais polêmico em andamento hoje no Distrito Federal é do metrô. Com seus 40 quilômetros de extensão e 33 estações, a maior parte de seu trajeto em nível de superfície, é, segundo seus defensores, um projeto com vistas ao futuro; para os críticos, dinheiro jogado fora. Em termos de negócios, ao ligar o Plano Piloto a algumas das principais cidades-satélites, como Ceilândia e Taguatinga, o metrô abre oportunidades para a instalação de indústrias, comércio e serviços ao longo de seu traçado.

O problema da falta de terrenos disponíveis para ocupação, tanto comercial como residencial, sempre apontada como empecilho por quem pretende se estabelecer em Brasília, ainda é uma dor-de-cabeça considerável, que o governo distrital pretende começar a debelar com o rezoneamento do Distrito Federal, encaminhado nesta semana pelo governador Joaquim Roriz à Câmara. Nele, por exemplo, se permitirão a oficialização e regulamentação de negócios que hoje estão escondidos em fundos de quintais e cuja rentabilidade não permite a instalação regular em áreas dedicadas.

Neste caso se incluem, por exemplo, micro e pequenas empresas de confecção, lapidação e restauração instaladas em áreas hoje exclusivamente residenciais, principalmente nas cidades-satélites. De acordo com o presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal, Antonio Fábio Ribeiro, essa medida virá apenas regularizar uma atividade que já floresceu e que não pode mais ser ignorada, desde que não fira frontalmente o bem-estar e a vontade da comunidade envolvida. Uma oficina mecânica, por exemplo, continuará rigidamente controlada e limitada a determinados locais. Mas, ao menos nas cidades-satélites, a capital federal já poderá igualar-se ao resto do País — e beber uma cervejinha ali no bar da esquina.



25 NOV 1992 OF

Quarta-feira, 25 de novembro de 1992

# Brasília

## Estímulo à implantação de indústrias

por Luiza Pastor  
de Brasília

Uma das primeiras coisas que todo recém-chegado adulto ouve ao desembarcar em Brasília para morar é que esta é uma cidade "ideal para criar os filhos". A frequência com que isso é repetido, tenha ou não os tais filhos o interlocutor, é tal que bem poderia ser adotado como lema da capital federal, que se orgulha ostensivamente da qualidade de vida e da segurança de suas ruas. Estas, ao contrário do que reza o anedotário nacional, têm esquinas, sim. Mas nelas, no máximo, só se encontra grama, e não os botecos tradicionais no resto do País.

Mas esse perfil de cidade certinha, reforçado pela geométrica disciplina da arquitetura de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, tombada como patrimônio da humanidade, já está começando a mudar. Afinal, viabilizada pelas próprias características de cidade administrativa, Brasília cresceu em função de uma população onde figurava, majoritariamente, a classe média formada pelos funcionários públicos federais, que hoje vive as agruras de seguidas políticas salariais recessivas e a ressaça da reforma administrativa instaurada pelo presidente afastado Fernando Collor.

Atualmente, pelos dados de setembro, Brasília e o Distrito Federal contam já com uma perigosa legião de 121 mil desempregados entre os 1,6 milhão de habitantes levantados pelo último censo. Isso representa um índice de desemprego de 16,1% e tem levado o governo do Distrito Federal a repensar alternativas de incremento de áreas econômicas que até há pouco não se preocupava em incentivar.

Nesse quadro de crise nacional e local, Brasília sonha agora com alternativas econômicas à sua tradicional estrutura de serviços. Ela quer, por exemplo, se firmar como pólo de indústrias leves e limpas de alta tecnologia, com destaque para a área de informática e gemologia. Para isso, o governo local já conseguiu aprovar pela Câmara Distrital um projeto de estímulo à implantação de indústrias com o financiamento de terrenos e das instalações, o Prodecom. E tenta, há anos, firmar a existência do Pólo de Alta Tecnologia Bernardo Sayão como um complemento dos bons resultados obtidos pela incubadora de empresas da Universidade Nacional de Brasília (UNB).

Em outra vertente, e aproveitando-se da privilegiada localização geográfica, Brasília está desenvolvendo o potencial agroindustrial da região Centro-Oeste, especialmente a partir do projeto do "porto seco", entreposto do qual pretende escoar o máximo possível de produção, não só da região como de estados mais ao Norte, pelo Corredor Centro-Leste, até os portos de Vitória e Tubarão, no Espírito Santo.

A completa implementação do

"porto seco" prevê a instalação de uma estrutura aduaneira e de armazenagem que permita ao Distrito Federal receber produtos para exportação — onde se destaca a soja — para seu imediato desembaraço burocrático, despacho e embarque. O simples aproveitamento da estrutura ferroviária já instalada e em operação no Corredor Centro-Leste, em um total de 1.858 quilômetros de extensão, permitiu a exportação, neste ano, de aproximadamente 1 milhão de toneladas de soja, o triplo do ano passado.

O governo distrital calcula em 18 milhões de toneladas o potencial total de produção da região e vem participando ativamente do grupo de trabalho criado no âmbito do Ministério das Comunicações para operacionalizar mais rapidamente a estrutura do Corredor, junto aos estados interessados diretamente no projeto: Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Além disso, o projeto mais polêmico em andamento hoje no Distrito Federal é do metrô. Com seus 40 quilômetros de extensão e 33 estações, a maior parte de seu trajeto em nível de superfície, é, segundo seus defensores, um projeto com vistas ao futuro; para os críticos, dinheiro jogado fora. Em termos de negócios, ao ligar o Plano Piloto a algumas das principais cidades-satélites, como Ceilândia e Taguatinga, o metrô abre oportunidades para a instalação de indústrias, comércio e serviços ao longo de seu traçado.

O problema da falta de terrenos disponíveis para ocupação, tanto comercial como residencial, sempre apontada como empecilho por quem pretende se estabelecer em Brasília, ainda é uma dor-de-cabeça considerável, que o governo distrital pretende começar a debelar com o rezoneamento do Distrito Federal, encaminhado nesta semana pelo governador Joaquim Roriz à Câmara. Nele, por exemplo, se permitirão a oficialização e regulamentação de negócios que hoje estão escondidos em fundos de quintais e cuja rentabilidade não permite a instalação regular em áreas dedicadas.

Neste caso se incluem, por exemplo, micro e pequenas empresas de confecção, lapidação e restauração instaladas em áreas hoje exclusivamente residenciais, principalmente nas cidades-satélites. De acordo com o presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal, Antonio Fábio Ribeiro, essa medida virá apenas regularizar uma atividade que já floresceu e que não pode mais ser ignorada, desde que não fira frontalmente o bem-estar e a vontade da comunidade envolvida. Uma oficina mecânica, por exemplo, continuará rigidamente controlada e limitada a determinados locais. Mas, ao menos nas cidades-satélites, a capital federal já poderá igualar-se ao resto do País — e beber uma cervejinha ali no bar da esquina.

